



## ENTREVISTA POR UM JUDICIÁRIO DIVERSO E DEMOCRÁTICO

### KAREN LUISE DE SOUZA<sup>1</sup>

Roteiro e Realização: Rosânia Rodrigues de Sousa (Pesquisadora da Fundação João Pinheiro) e Letícia Godinho (Pesquisadora da Fundação João Pinheiro)

**RS e LT:** De acordo com dados inéditos, recém-divulgados pelo Conselho Nacional da Justiça – CNJ, homens brancos seguem sendo a grande maioria na magistratura brasileira. Não apenas há poucas pessoas que se identificam como pretas e pardas, como também há um número reduzido de mulheres, tanto no conjunto dos magistrados quanto dos servidores dos tribunais.

Antes de se tornar Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ, há dois anos, a Dra. Karen Luise de Souza, mulher negra, atuou por 23 anos como na magistrada na região Sul do país, que registra o menor percentual de magistrados negros. No dia 5 de junho de 2024, as pesquisadoras da Fundação João Pinheiro, Rosânia Sousa e Letícia Godinho se reuniram com a dra. Karen para conversar sobre esse assunto. Ela abordou o tema das desigualdades no Poder Judiciário e falou sobre como o CNJ tem pensado e executado um amplo conjunto de ações para enfrentar o desafio de aumentar a diversidade no Judiciário brasileiro.

Gostaríamos de reforçar nossos agradecimentos, doutora Karen, pela disponibilidade de conversar conosco sobre um assunto tão importante. **Gostaria de começar a entrevista pedindo para V. Exa. falar um pouco sobre sua trajetória profissional.**

**KLS:** Eu sou juíza de Direito há 25 anos, sou gaúcha de Porto Alegre. Tenho mencionado isso com muito orgulho, mas também com o meu coração apertado em razão dos últimos eventos. Enfim, sou gaúcha, nasci na Porto Alegre, fiz Pontifícia Universidade Católica, formei-me em Direito no ano de 1994 e em 1999 fui empossada na magistratura do Rio Grande do Sul. Sou titular da Primeira Vara do Tribunal do Júri de Porto Alegre, onde já atuo desde o ano de 2018. Antes disso, trabalhei no interior, nas Comarcas de Soledade, Encruzilhada do Sul, Júlio de Castilhos, onde fui titular. E desde o ano de 2022 eu estou em auxílio à presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Inicialmente, prestei auxílio à ministra Rosa Weber, entre 2022 e 2023; e fui convidada para prosseguir auxiliando o ministro Luiz Roberto Barroso na gestão dele, de 2023 a 2025. No meu trabalho no Conselho Nacional de Justiça já atuei no Departamento de Monitoramento do Sistema Carcerário e hoje estou junto à Secretaria-Geral, em alguns campos específicos. Quando estive no DMF [Departamento de Monitoramento e Fiscalização] trabalhando com o sistema prisional, sempre busquei dar uma perspectiva de problematização da questão racial na população carcerária, do encarceramento em massa da população negra.

Paralelamente trabalhei em dois outros campos que eu ressalto como os muito importantes: um deles, o Programa de Equidade Racial, construído com os colegas Edinaldo César [Santos Júnior] – e Livia [Cristina Marques], que é também juíza auxiliar.

<sup>1</sup>Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça

A gente criou um Programa de Equidade Racial; fizemos o Pacto pela Equidade Racial Judiciário, com adesão de todos os tribunais brasileiros; e o Observatório de Direitos Humanos, que é um espaço onde o Conselho Nacional de Justiça atua em diálogo com a sociedade, com diferentes entidades, que trazem demandas de variados grupos mais vulnerabilizados, e a partir daí propõem ações e políticas judiciárias. Sempre atuei e prossigo atuando no Comitê Executivo do Observatório de Direitos Humanos, no Programa de Equidade Racial e, mais presentemente, abrimos uma outra frente de trabalho para fortalecer as estratégias de atuação do Poder judiciário na promoção dos direitos humanos, porque precisamos aparelhar os operadores do direito, oferecer subsídios para esses indivíduos poderem julgar levando em consideração essas diferentes perspectivas da vida e do mundo.

**RS e LT:** São várias iniciativas e ações em que a senhora esteve diretamente envolvida nesse curto tempo no CNJ. ***E, doutora Karen, em toda essa sua trajetória, a gente vê o quanto a senhora trilhou até aí; mas quais seriam os desafios que uma mulher negra enfrenta para ocupar essa posição que a senhora ocupa hoje?***

**KLS:** Os desafios enfrentados por uma mulher negra na magistratura são inúmeros e começam com a desigualdade histórica. Mulheres negras são frequentemente vistas como menos capazes e enfrentam constantes desmotivadores. Na faculdade, eu era uma das poucas negras e a única mulher negra. Ao prestar concurso público, fui a única mulher negra aprovada. Ao ingressar na carreira, tive que lidar com responsabilidades adicionais, como transformar um passivo social em emancipação para outras pessoas negras

Minha formação privilegiada, com pais e avós com cursos superiores, facilitou meu caminho, mas ainda assim enfrentei obstáculos significativos. Indivíduos negros precisam criar mecanismos de defesa para

lidar com a baixa autoestima e constante desconfiança. As prioridades de quem não tem privilégios sociais são diferentes, o que torna a jornada mais árdua.

Em termos de ocupação de espaços de poder, tanto eu quanto a juíza Adriana Cruz somos exceções. Não podemos ser referências universais, pois a maioria das pessoas negras não tem as mesmas oportunidades e recursos que tivemos. Muitas têm que cuidar e prover para suas famílias, o que limita seu investimento em carreira e educação. Mesmo com uma condição distinta, os desafios são muitos e a caminhada é difícil.

**RS e LT:** A senhora acabou de mencionar que a senhora e a doutora Adriana não são exatamente exemplos, e isso porque o Judiciário ainda é um Poder muito desigual. ***E ainda que isso seja uma característica de todos os Poderes da República, no caso do Judiciário, talvez seja ainda mais pronunciado? A senhora pode falar um pouco dessa desigualdade na composição do Judiciário brasileiro?***

**KLS:** De fato, o Judiciário brasileiro é extremamente desigual em termos de composição étnico-racial e de gênero. Atualmente, temos cerca de 18 mil juizes no Brasil. Desses, apenas 1.935 são pardos e 262 são pretos, totalizando 13,7% de juizes negros. Em relação ao gênero, de um total de 6.967 mulheres juizas, apenas 670 são pardas e 98 são pretas, representando 708 mulheres negras, ou 4,19% do total.

Esses números são alarmantes quando comparados à população brasileira, que é composta por 56% de pessoas negras, sendo aproximadamente 28% mulheres negras. Assim, as mulheres negras estão significativamente sub-representadas no Judiciário. Mesmo considerando todas as instâncias e ramos da justiça, apenas cerca de 30% dos magistrados são mulheres.

Esses dados revelam uma realidade desfavorável para mulheres negras e, de modo geral, para todas as mulheres no Judiciário brasileiro. A baixa representatividade não apenas demonstra a desigualdade existente, mas também aponta para a necessidade urgente de políticas e ações efetivas que promovam a inclusão e a equidade dentro do sistema judiciário.

**RS e LT:** *E é possível dizer que há um nível, ou um ramo do Judiciário em que essas igualdades são mais pronunciadas?*

**KLS:** Sim, nos tribunais superiores as desigualdades são particularmente evidentes. Existem pouquíssimas mulheres e praticamente nenhum negro. Atualmente, temos apenas um juiz negro no STJ e nenhum ministro negro no STF. No TST, há um ou dois ministros negros, e no TSE, recentemente foram nomeadas duas ministras negras substitutas, Edilene Lobo e Vera Lúcia Santana Araújo, como resultado de um clamor social por mais diversidade após a abertura da vaga da ministra Rosa Weber. No entanto, esses números ainda são extremamente baixos.

Por exemplo, apenas 24% dos desembargadores são mulheres, comparados a 72% de homens. Entre os juízes titulares, 40% são mulheres e 58% são homens. Em muitos tribunais, a participação feminina é mínima, e alguns tribunais sequer têm mulheres. Essa falta de diversidade afeta diretamente a produção jurisdicional, pois a tomada de decisão se beneficia de múltiplas perspectivas. Quando a composição é tão homogênea, isso resulta em um déficit democrático e questiona a legitimidade do poder judiciário, que deveria representar a sociedade em que está inserido.

**RS e LT:** Doutora Karen, no começo da nossa conversa a senhora chegou a falar um pouco sobre os programas de que a senhora participa, que são desenvolvidos no Poder Judiciário.

**A senhora poderia dizer um pouco mais das ações que tem sido desenvolvidas no Poder Judiciário para aumentar a diversidade na sua composição? E se essas iniciativas estão sendo pensadas para atingir todos os níveis do Poder Judiciário?**

**KLS:** A gente tem duas dimensões. Uma é essa, para aumentar a diversidade no Judiciário. Então, para essa, a gente vai ter política de cotas. E a gente está tentando cada vez mais aperfeiçoar essa política, derrubando barreiras que vão se apresentando ao longo do tempo. Porque o que vinha acontecendo é que as vagas não eram preenchidas totalmente.

Para aumentar a diversidade no Judiciário, o CNJ implementou políticas de cotas e está aperfeiçoando essas medidas ao longo do tempo. Desde 2015, temos enfrentado desafios no preenchimento das vagas reservadas, principalmente devido às barreiras em concursos. Por exemplo, removemos a cláusula de barreira nos concursos para juiz, permitindo que mais candidatos negros avancem nas fases do processo seletivo.

Outro projeto importante é o programa de bolsas para candidatos negros, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, oferecendo cursos preparatórios e bolsas de R\$ 3 mil durante dois anos. Nossa meta é financiar 200 candidatos negros e indígenas aprovados no Exame Nacional da Magistratura.

Para aumentar a participação feminina, criamos a Resolução 255 do CNJ, que promove a ascensão de mulheres reservando vagas em cargos de chefia e comissões. As mulheres muitas vezes enfrentam a dupla jornada de trabalho, o que dificulta sua ascensão. A resolução altera editais de promoção por merecimento exclusivamente para mulheres, garantindo que elas tenham mais oportunidades de serem promovidas.

Além disso, implementamos políticas de capacitação em equidade racial e de gênero, incluindo protocolos de julgamento com essas perspectivas. Também desenvolvemos resoluções específicas para tratar de grupos vulneráveis, como a população em situação de rua, indígenas e pessoas trans no sistema prisional. Essas iniciativas visam transformar a cultura institucional e produzir decisões judiciais mais justas e inclusivas.

**RS e LT:** *Para terminar, gostaríamos de perguntar se tem algo que a gente não perguntou, mas que acha que seria importante de dizer.*

**KLS:** Embora a participação no Judiciário ainda não reflita a diversidade da nossa sociedade, estamos vivendo um momento de progresso significativo em relação às questões de gênero e raça. Quando ingressei na magistratura, esses temas não eram considerados relevantes. Hoje, vemos avanços e minha esperança é que continuemos nesse caminho. É essencial que as pessoas que investem seu tempo e capacidade técnica para promover essa cultura de inclusão não percam a esperança e não desistam. A jornada é difícil e lenta, mas sou otimista e acredito que vale a pena. Graças a pessoas que pensam em diversidade e inclusão, alcançamos os tímidos resultados de hoje, que devem nos motivar a continuar aperfeiçoando nossas estratégias e fortalecendo nossas práticas para promover uma verdadeira diversidade e inclusão. É por causa de pessoas como vocês, é por causa de pessoas que olham para o mundo e pensam em diversidade, pensam em inclusão, que a gente chegou até aqui. Então, essas nossas referências, os resultados que hoje nós temos, embora muito tímidos, devem nos servir de motivação para a gente continuar pensando sobre isso, aperfeiçoando as nossas estratégias e fortalecendo as nossas práticas de promoção de diversidade e de inclusão.

**RS e LT:** Muito obrigada, doutora Karen, pela

disponibilidade, pela explicação das ações e políticas tão abrangentes do CNJ, pela aula que nos deu. Ficamos muito satisfeitas e encantadas com a fala da senhora. A entrevista também encheu nosso coração de esperança. Parabéns pelo excelente trabalho que tem sido conduzido pelo CNJ.